

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR ITABIRITO/MG.

Nome do Candidato (legível):	
Número do CPF:	Data: 28/05/23
Assinatura:	

Caderno de Prova para o cargo de Conselho Tutelar

Prova Objetiva: Lei Federal nº 8069/90 - Estatuto da Criança e Adolescente – ECA com alterações posteriores; Lei Municipal nº 2.547 com alterações posteriores e Políticas Públicas de Assistência Social.

Leia atentamente as instruções abaixo:

- * Deixe sobre a carteira apenas o documento de identificação e a caneta esferográfica de tinta preta ou azul, feita de material transparente.
- *Confira se sua prova contém 40 questões, numeradas de 1 a 40. Caso contrário, informe imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores por falha de impressão e/ou total de guestões.
- * Preencha o Cartão Resposta, com as informações solicitadas.
- * Cada questão de múltipla escolha constará de 4(quatro) alternativas e uma única opção correta.
- *Cada questão de múltipla escolha vale 1(um) ponto.
- *Considerar-se-á aprovado o candidato que obtiver o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento do total de pontos atribuídos à prova de conhecimento.
- * A resposta certa deve ser marcada no Cartão Resposta.
- * As marcações duplas, rasuradas ou marcadas diferente do modelo acima, ocasionará a anulação da questão.
- *Forma correta de preencher Cartão de Resposta (Gabarito): →
- *É de responsabilidade do candidato o preenchimento dos dados do Cartão Resposta.
- * A prova terá duração de 03 horas, incluído neste horário, o tempo para o preenchimento do Cartão Resposta.
- * A saída da sala só poderá ocorrer após decorridos 30 (trinta) minutos do início da prova.
- *Ao sair da sala, entregue o Cartão Resposta ao fiscal da sala e retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.

BOA PROVA



Lei Federal nº 8069/90 - Estatuto da Criança e Adolescente − ECA com alterações posteriores

01- Assinale a alternativa correta após completar as lacunas corretamente:
É dever da comunidade, da em geral e
assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à
vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, a
dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
(a) da família, sociedade, do poder público
(b) da escola, família, do poder público
(c) dos pais, sociedade organizada, do poder público
(d) da família, comunidade escolar, das igrejas
02- Assinale a alternativa incorreta:
(a) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e
qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
(b) A mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades
compartilhados no cuidado e na educação da criança.
(c) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a
suspensão do poder familiar;
(d) Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes
ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.
03- Considera-se criança, para os efeitos da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.
(a) a pessoa até onze anos de idade incompletos;
(b) a pessoa até treze anos incompletos;
(c) a pessoa com doze anos de idade completos;
(d) a pessoa até onze anos de idade completos.
04- O Conselho Tutelar compõe o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. A
fiscalização quanto ao seu funcionamento bem como a jornada de trabalhos de seus membros é
definida.
(a) Regimento Interno do Conselho Tutelar
(b) pelo executivo Municipal



(c) Lei Municipal
(d) Lei Municipal, Estadual e Federal
05- As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas:
(a) pelo Chefe do Poder Executivo;
(b) pela Autoridade judiciária;
(c) pelo(a)Delegado(a);
(d) pelo Presidente da Câmara Municipal.
06- É proibido qualquer trabalho a menores de, salvo na condição de aprendiz.
(a) 16 anos
(b) 11 anos
(c) 14 anos
(d) 18 anos
07- É PERMITIDA a venda à criança ou ao adolescente de:
(a) revistas, livros e brinquedos lúdicos;
(b) fogos de estampido e de artifício;
(c) armas, munições e explosivos, bebidas alcoólicas;
(d) produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica.
08- Leia atentamente os enunciados e assinale a alternativa correta a respeito dos enunciados, (V) se
são verdadeiros e (F) se forem falsos:
() castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a
criança ou o adolescente.
() tratamento cruel ou degradante.
() conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente.
() privação de alimentos como forma de punição.
(a) V, V, V, V
(b) V, V, F, F
(c) V, V, V, F
(d) F, V, V, F
09- O poder familiar será exercido:
(a) prioridade da Mãe:

b	1	ori	0	ric	lac	e	do	Pai;	

- (c) igualdade de condições;
- (d) prioridade do que tem mais disponibilidade de tempo e recursos.
- 10- Os castigos físicos só podem ser aplicados em casos:
- (a) evasão escolar
- (b) ato infracional
- (c) furto e roubo
- (d) nenhuma das alternativas anteriores
- 11- Em relação às atribuições legais do Conselho Tutelar, conforme as regras do Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.
- I requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- II- requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- III- substituir os responsáveis nos casos de adolescente autor de ato infracional.

Está correto o contido em:

- (a) I e IV, apenas
- (b) I e II, apenas
- (c) I e III, apenas
- (d) I, II e III
- 12- Em relação às medidas de proteção à criança e ao adolescente, são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente forem ameaçados ou violados:
- I- por falta de recursos materiais;
- II- por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis;
- III- por determinação da Assistente Social
- IV- pelo conselheiro que atender o caso.

Está correto o contido em:

- (a) I e II, apenas
- (b) I, II e III
- (c) I, II, III e IV
- (d) II, apenas



13- De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as gestantes ou mães que m	anifestem
interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas:	

- (a) à Justiça da Infância e da Juventude.
- (b) ao Conselho Tutelar.
- (c) às Instituições Sociais.
- (d) a Famílias Substitutas.
- 14- Para candidatar-se a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos do candidato os seguintes requisitos, exceto:
- a) reconhecida idoneidade moral;
- b) idade superior a 18 anos;
- c) residir no Município;
- d) ter sido escolhido pela comunidade local.
- 15- É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, exceto:
- (a) ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- (b) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência,
- (c) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade
- (d) professor particular às crianças que necessitarem
- 16- A adoção é:
- (a) revogável
- (b) ato de caridade
- (c) transitória
- (d) irrevogável
- 17- Em quais casos é permitida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, pensão ou estabelecimento congênere:
- (a) em horário comercial
- (b) acompanhado de Conselheiro Tutelar
- (c) acompanhado pelos pais ou responsáveis;
- (d) para maiores de 17 anos



- 18- São crimes previstos em Lei, exceto:
- (a) oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente
- (b) vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente
- (c) produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente
- (d) a posse ou o armazenamento de imagens, contendo pornografia infantil, com a finalidade de comunicar às autoridades competentes
- 19- Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:
- (a) perigoso, insalubre ou penoso;
- (b) realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;
- (c) realizado em horários e locais que permitam a frequência à escola.
- (d) noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;
- 20- Em caso de pai e mãe em privação de liberdade é permitido:
- (a) visitas só com autorização judicial
- (b) visitas periódicas promovidas pelo responsável
- (c) visitas com acompanhamento do Conselho Tutelar
- (d) em hipótese alguma será permitida visita
- 21- Raquel diretora da creche Municipal de Itabirito, liga muito aflita para o Conselho Tutelar solicitando a presença dos Conselheiros porquê identificaram que Ana Eliza de 3 anos está com sinais de maus tratos. Chegando à creche os conselheiros constataram que a criança está com marcas de espancamento e queimaduras. A professora da creche relatou que a criança é vítima de negligência em relação à higiene pessoal, chegando sem banho e sem agasalho todos os dias pela manhã. Ana Eliza estava com febre e não conseguia colocar os pés no chão.

Marque a alternativa correta quanto a decisão do Conselho Tutelar:

(a) Levar a criança junto com um responsável da escola para o pronto socorro para o atendimento emergencial, tendo em vista que a criança está com febre;



- (b) Acionar os pais ou responsáveis imediatamente, comunicar o caso a autoridade policial e aplicar as medidas de proteção previstas no art. 101;
- (c)Acionar os pais e averiguar a denúncia;
- (d) Comunicar o caso ao Delegado denunciando a professora da creche, pois ela já havia identificado maus tratos e não denunciou;
- **22-** A Diretora de uma escola constatou, após o término do ano letivo, elevados níveis de repetência. Diante do quadro, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, ela deve comunicar o caso ao:
- (a) Conselho Escolar.
- (b) Conselho Municipal de Educação
- (c) Conselho Tutelar
- (d) Conselho de Pais e Mestres
- 23- São considerados direitos fundamentais da criança e do adolescente, exceto:
- (a) a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
- (b) a criança e o adolescente têm direito de trabalhar desde que estejam frequentando a escola;
- (c) a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas Leis pertinentes.
- (d) toda criança e todo adolescente têm direito a serem criados no seio de suas famílias
- 24- A apuração da veracidade de uma denúncia deverá ser feita no local da ocorrência da ameaça ou violação de direitos (domicílio, escola, hospital, entidade de atendimento, etc.).

Ao receber a denúncia, o Conselho Tutelar deve:

- (a) solicitar à Secretaria da Assistência Social para designar um Assistente Social e um Psicólogo para apurar a denúncia.
- (b) requisitar dois profissionais da Vara da Infância e Juventude para realizar visita no local da ocorrência.



- (c) apurá-la imediatamente, por meio de visita de atendimento, se possível destacando dois conselheiros tutelares.
- (d) delegar à Guarda Municipal para apurar a gravidade dos fatos por meio de perícia técnica.
- 25- São atribuições do Conselho Tutelar:
- (a) atender e aconselhar aos pais ou responsável, aplicando a medida de encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
- (b) orientar os pais sobre o horário que os filhos podem chegar em casa;
- (c) representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos;
- (d) representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar
- 26- Qualquer cidadão poderá determinar ao adolescente autor de ato infracional:
- (a) reparar o dano
- (b) prestar serviço comunitário
- (c) advertência
- (d) nenhuma das alternativas anteriores
- 27- São medidas aplicáveis, pelo Conselho Tutelar, aos pais ou responsáveis:
- (a) advertência;
- (b) obrigação de encaminhar a criança ou adolescente à tratamento especializado
- (c) obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua freqüência e aproveitamento escolar
- (d) perda da guarda
- 28- É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família, desde que:
- (a) os pais ou responsáveis não façam uso de bebidas alcóolicas
- (b) os pais ou responsáveis não frequentem casas de jogos, bares e prostíbulos;
- (c) assegurada o sustento e a frequência em templo religioso;
- (d) assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral
- 29- O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos, exceto:
- (a) frequentar casa de jogos, festas e shows somente acompanhados dos pais;
- (b) opinião e expressão;
- (c) participar da vida política, na forma da lei;
- (d) brincar, praticar esportes e divertir-se;



30- No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato:
(a) distribuir brindes de pequeno valor com sua propaganda
(b) participar debates
(c) entrevistas rádio e televisão
(d) divulgar seu nome durante período campanha eleitoral
Lei Municipal nº 2.547 com alterações posteriores
$\bf 31$ - A Lei Municipal n^{ϱ} 2.547, de 12 de dezembro de 2006, dispõe sobre a Política Municipal de
Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, a saber:
I - O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar constituirá serviço público relevante
e estabelecerá presunção de idoneidade moral.
II - O Executivo Federal garantirá ao Conselho Tutelar, espaço físico, recursos humanos, estrutura
técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento.
III - Poderá haver mais de um Conselho Tutelar no município em virtude de crescimento
populacional.
IV - O Conselheiro Tutelar terá remuneração fixada pelo Executivo Federal.
Está correto o contido em:
(a) I e IV, apenas
(b) I e II, apenas
(c) I e III, apenas
(d) I, II, III e IV
32 - Assinale a alternativa correta após completar a lacuna corretamente:
Dentre várias atribuições do Conselho Tutelar, previstas no artigo 136 do Estatuto da Criança e do
Adolescente, uma é a de encaminhar notícia de fato que constitua
infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente.
(b) à Delegacia Municipal
(b) ao Ministério Público
(c) ao presidente do CMDCA
(d) ao Juiz da Comarca



- 33 De acordo com a Lei Municipal nº 2.547/2006, é assegurado ao Conselheiro Tutelar o direito à(ao), EXCETO:
- (a) gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de um terço.
- (b) licença para tratamento de saúde e por acidente de serviço.
- (c) licença prêmio.
- (d) licença-maternidade/licença paternidade.
- são verdadeiros e (F) se forem falsos:

 () É permitido ao Conselheiro Tutelar aplicar medida de proteção contrariando a decisão do colegiado do Conselho.

 () Ao Conselheiro Tutelar é proibido ausentar-se do serviço durante a sua jornada ou deixar de comparecer ao plantão, sem prévia autorização do presidente do Conselho, ressalvados os casos excepcionais, que deverão ser justificados no próximo dia útil.

 () Será considerado vago o cargo de Conselheiro Tutelar em caso de morte, renúncia ou perda do mandato.

 () A perda do mandato será aplicada ao conselheiro tutelar exclusivamenrte no caso de transferir

34 - Leia atentamente os enunciados e assinale a alternativa correta a respeito dos enunciados, (V) se

(a) F, V, V, F;

sua residência para fora do Município.

- (b) V, V, V, F;
- (c) F, F, V, F;
- (d) V, V, F, V.
- 35 Leia atentamente as questões abaixo e marque a correta:
- (a) Compete ao Conselheiro Tutelar apenas as atribuições previstas na Lei Municipal nº 2.547/2006 e alterações.
- (b) O exercício da função de conselheiro tutelar configura vínculo empregatício ou estatutário com o Município.
- (c) O Conselheiro Tutelar suplente, quando convocado a substituir o titular em caso de afastamento ou vacância, fará jus à remuneração proporcional aos dias efetivamente trabalhados.
- (d) Fica assegurado ao servidor municipal no exercício da função de Conselheiro Tutelar o direito de acumular vencimentos e vantagens do seu cargo efetivo, nos termos da legislação municipal que rege a matéria.



VANESSA LOPES LÉO CONSULTORIA

Políticas Públicas de Assistência Social

26. A assistância social organiza so polos coguintos tinos do protocão:
36- A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:
(a) proteção social básica e proteção social especial
(b) proteção de direitos
(c) medidas de proteção especial
(d) proteção assistencial permanente
37- Qual o significado de "PETI":
(a) Plano Estadual Trabalho Infantil
(b) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
(c) Programa Estadual de Transtorno Infantil
(d) Programa de Enfrentamento ao Transtorno Infantil
38- Assinale a alternativa incorreta:
(a) O CREAS é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional;
(b) O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores
índices de vulnerabilidade e risco social;
(c) Ó CRAS é uma unidade estatal de acolhimento institucional;
(d) O CREAS serve para garantir a proteção social e defesa dos direitos dos indivíduos e/ou famílias
que se encontram em situações de violação de direitos e de violência.
39- São objetivos da Assistência Social exceto:
(a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
(b) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à todas as pessoas com deficiência e ao
idoso;
(c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
(d) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes
40- Assinale a alternativa correta após completar a lacuna corretamente:
A assistência social,do cidadão edo Estado, é Política de Seguridade Social
não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações
de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas
(a) dever, direito
(b) direito, responsabilidade
(c) escolha, dever
(d) direito, dever